

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO NORTE – IFRN**
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
INTEGRADA À EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS**

FÁTIMA EDÍLIA DA SILVA

PROEJA: pensando concepções e analisando princípios

**Natal
2010**

Fátima Edília da Silva

PROEJA: pensando concepções e analisando princípios

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Orientadora M.Sc. Maria Betânia da Silva Dantas.

Natal
2010

Fátima Edília da Silva

PROEJA: pensando concepções e analisando princípios

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Aprovado em 07 de Julho de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a M.Sc. Maria Betânia da Silva Dantas – Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof^a D. Sc. Giane B. Vieira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof.^a M. Sc. Suzineide Soares Dantas
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

À minha mãe, Maria de Lourdes que com muito carinho e apoio não mediu esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

Ao meu filho, William Gabriel pela compreensão das ausências ocorridas durante a elaboração desta monografia.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, primeiramente, a Deus, pois sem Ele nada seria possível.

Aos professores, especialmente a Maria Betânia, minha orientadora, que com tanta presteza colaborou nesta monografia, com a qual pude aprender e obter elementos para elaboração da mesma.

Aos colegas de classe com quem convivi com muita alegria.

Ao meu filho, William Gabriel e a minha mãe, Maria de Lourdes pelo apoio e incentivo que proporcionaram para a realização desta monografia.

RESUMO

Este trabalho tem a finalidade de analisar o plano do Curso de Gestão em Microempresas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos ministrado no Centro Estadual de Educação Profissional Senador Jesse Pinto Freire - CNEP – Natal/RN. A temática do trabalho compreende a análise do referido plano de curso com o Documento base do Programa de Integração Nacional da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e o Documento base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio no tocante aos seus princípios e concepções encontram-se contemplados em sua plenitude no plano de curso do referido curso. No documento base do PROEJA analisamos os seguintes princípios: inclusão da população em suas ofertas educacionais; inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos; ampliação do direito à educação básica pela universalização do Ensino Médio; Trabalho como princípio educativo; pesquisa como fundamento da formação e considera as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos de como produzem as identidades sociais. Com relação ao documento base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio os princípios examinados foram: formação humana integral; trabalho, ciência, tecnologia e cultura como categorias indissociáveis da formação humana; trabalho como princípio educativo; pesquisa como princípio educativo: o trabalho na produção do conhecimento; relação parte-totalidade na proposta curricular. A temática do plano de curso baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental de textos de produção científica de diversos autores que possibilitaram a reflexão e as conclusões acerca do objeto de estudo em questão. Assim, concluiu-se que as concepções e alguns princípios propostos pelos dois documentos base estão contemplados no plano de curso do CNEP.

Palavras-chave: Plano de curso do CNEP. Princípios e concepções. Documento base do PROEJA. Educação Profissional.

ABSTRACT

This study aims to examine the plan in the Course Management Microenterprise in the modality of Education Youth and Adult taught in the State Center for Professional Education Senator Jesse Pinto Freire - CNEP - Natal / RN. The theme of the work includes the analysis of the course plan with the Base Document of National Integration Program of Professional Education with Basic Education in the form of Youth and Adults (PROEJA) and the Base Document Technical Education Middle Level Integrated the school with regard to its principles and concepts are covered in its fullness in the course plan of the course. In the base document PROEJA analyzed the following principles: inclusion of the population in its educational offerings; organic integration of the modality EJA integrated professional education in state educational systems, increasing access to basic education for universalization of secondary education, I work as an educational principle, search as the foundation of training and considers the conditions generational, gender, ethnic-racial relations as fundamental to human development and the ways of how they produce social identities. With respect to the base document of Education Vocational and Technical High School to High School Integrated principles were examined: the human full, work, science, technology and culture as inseparable categories of human development, working as an educational principle, research and educational principle: the work in the production of knowledge; part-whole relationship in the proposed curriculum. The theme of the course plan was based on bibliographic and documentary texts of scientific production of several authors who made possible the thinking and conclusions about the object of study. Thus, we concluded that the concepts and some principles proposed by the two basic documents are included in the plan of course CNEP.

Key-words: Plan CNEP course. Principles and concepts. Document base PROEJA. Vocational Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO
BID	BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
CEAA	CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS
CEB	CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
CES	CENTROS DE ESTUDOS SUPLETIVOS
CNE	CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CENEP	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SENADOR JESSE PINTO FREIRE
CONFITEA	CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS
EJA	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
ENEJA	ENCONTROS NACIONAIS DA EJA
LDB	LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA
MOBRAL	MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PAS	PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA
PBA	PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO
PDE	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
PNA	PLANO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO
PROEJA	PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PROEP	PROGRAMA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRONERA	PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA
SEE	SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
SEEC	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA DO RIO GRANDE DO NORTE
SEBRAE	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA
SME	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SENAC	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COMÉRCIO
SENAI	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL
SENAF	SERVIÇO NACIONAL DA APRENDIZAGEM RURAL
SESI	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA
SETEC	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA
SUEP	SUBCOORDENADORIA DE ENSINO PROFISSIONAL
USAID	UNITED STATES AGENCY FOR INTERNACIONAL DEVELOPMENT
UNESCO	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: UM POCO DE SUA HISTÓRIA	14
2.1	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: ANTECEDENTES HISTÓRICOS	21
2.2	PROEJA: UM PROGRAMA INOVADOR PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA	25
3	CONHECENDO O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SENADOR JESSE PINTO FREIRE	30
4	ANÁLISE COMPARATIVA DO PLANO DO CURSO DE GESTÃO EM MICROEMPRESAS NA MODALIDADE PROEJA COM OS DOCUMENTOS BASE DO PROEJA E DO SETEC	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERÊNCIAS	49

ANEXO A PLANO DE CURSO

ANEXO B DOCUMENTO BASE DO PROEJA

ANEXO C DOCUMENTO BASE DO SETEC

1. INTRODUÇÃO

A monografia intitulada “Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA): pensando concepções e analisando princípios” teve a sua gênese a partir das inquietações, indagações constituídas no decorrer do curso de pós-graduação lato sensu em Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no período de outubro de 2008 a novembro de 2009, acentuando-se mais ainda nas disciplinas: concepções e princípios da educação profissional e da educação básica e da educação de jovens e adultos; política e legislação educacional.

Nessas disciplinas foram trabalhadas temáticas que suscitaram discussões e reflexões acerca das condições socioeconômicas que assolam a sociedade brasileira no tocante a moradia, emprego, saúde, segurança e a política que interferem de forma significativa no sistema educacional seja no âmbito local, regional e/ou nacional.

Esse contexto socioeconômico evidencia a desvalorização da educação, principalmente na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Reforçando tal realidade, vários estudiosos como Frigotto (2005), Moura (2007), Machado (2006), Freire (2001), Libâneo (2004), Paiva (2004) entre outros, apontam as condições em que se encontra a educação brasileira.

Percebemos que o ensino no Brasil, em razão de seus índices de baixo atendimento configuradas como foco de vulnerabilidade para o desenvolvimento socioeconômico, a integração a sociedade e a busca da qualidade de vida para todos. É por isso que, no país, a demanda pela ampliação e diversificação dos serviços educacionais atravessa toda a trama dos projetos e programas de desenvolvimento econômico e social.

Dessa forma, observamos uma grande distância entre os sujeitos que tem acesso aos bens culturais, aos avanços tecnológicos e os que não têm esse acesso, produzindo a cada dia novas distorções como, por exemplo, a exclusão social e digital, a dificuldade na continuidade dos estudos, as desigualdades sociais que acarretam uma série de outros problemas sociais, como submoradias, subempregos,

marginalização, realidade essa que enfrenta os alunos da educação de Jovens e Adultos.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que segundo a LDB 9394/1996 será destinada àqueles que não tiveram acesso a continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (Artigo 37). Cabendo aos sistemas de ensino assegurar gratuitamente que todos os jovens e adultos que não puderam efetuar seus estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do alunado, bem como, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Nessa perspectiva, constatamos que a melhoria da educação perpassa pela mudança dos fatores que causam o agravamento dessas condições, promovendo na sociedade debates e pesquisas que apontem possíveis soluções e melhorias da qualidade de vida da população.

Assim, é preciso pensar em projetos de Educação de Jovens e Adultos voltados não apenas para a escolarização, como também, para a construção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida dos jovens e adultos pertencentes a essa modalidade de ensino, garantindo o direito à educação muitas vezes negados a tantos jovens e tantos adultos.

O PROEJA, programa de âmbito federal criado pelo Decreto nº 5.478/2005 e revogado pelo Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006, estabelece e ganha significação no contexto de mudança e de busca da universalização da educação básica, ampliando as oportunidades de qualificação profissional e de perspectivas de continuidade dos estudos em nível superior a um público portador de uma escolaridade interrompida, fator esse limitador das chances de melhor inserção na vida social e no mundo do trabalho.

Todavia o aluno que frequenta a Educação de Jovens e Adultos ou o PROEJA comprehende aquele geralmente advindo de famílias com baixo grau de escolaridade – em sua maioria, pais que possuem no máximo, três anos de estudo – os educandos que ingressam no Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos apresentam poucas perspectivas de continuidade em outros níveis de ensino, devido, principalmente, ao imediatismo prático que esperam alcançar como resultado do investimento (um emprego) ou mesmo pela baixa autoestima que os acometem no correspondente a capacidade de aprendizagem. Poucos são aqueles que mudam de concepção ao longo do processo e se dispõem a adentrar em uma

carreira acadêmica, visando alcançar níveis maiores em suas proposições de vida.

É nesse cenário, portanto, que buscamos construir um trabalho científico que suscite questões e busque respostas para colaborar com o efetivo desenvolvimento e melhoria da qualidade da educação para os sujeitos que estão inseridos no processo educativo do PROEJA.

Uma educação direcionada a atender uma demanda e suas especificidades, levando em consideração a importância de um processo de ensino aprendizagem que tenha como objetivo a superação de suas carências e a realidade em que vivem os educandos dele constituintes, evidenciando conhecimentos científicos que os possibilitem evoluírem em suas concepções de mundo e de vida.

Portanto, o objeto de estudo desse trabalho é a análise comparativa do plano de curso proposto pelo Centro Estadual de Educação Profissional Senador Jesse Pinto Freire (CENEP) para o curso Técnico em Microempresas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos com o Documento Base do PROEJA e tendo como referência também, o documento Base de Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio observando se nos referidos documentos, as concepções e princípios estão em consonância.

Ao pensarmos na análise comparativa entre o plano de curso e os Documentos base do PROEJA e da Secretaria de Educação Técnica e Tecnológica (SETEC) devemos levar em consideração a forma de pensar, os valores, as experiências, as expectativas do público que desejamos alcançar, bem como do ser humano que pretendemos formar e para qual tipo de sociedade, visando impedir rupturas entre o espaço escolar e a realidade vivenciada pelo aluno.

A análise comparativa dos documentos base foi feita em relação aos seguintes princípios: formação humana integral; trabalho como princípio educativo; inclusão da população em suas ofertas educacionais; ampliação do direito à universalização do Ensino Médio, pesquisa como fundamento da formação; relação parte-totalidade na proposta curricular; trabalho, ciência, tecnologia e cultura como categorias indissociáveis da formação humana; inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos.

Na busca de dar a esse trabalho um aspecto legítimo e fiel de uma pesquisa científica, construímos nosso referencial metodológico a partir da pesquisa bibliográfica e documental de textos de produção científica, tais como livros e artigos que ajudaram a compreender melhor as evidências observadas nos referidos

documentos.

Segundo Silva a pesquisa bibliográfica é aquela “elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.” (2008, p.21)

De acordo com Marconi e Lakatos (2003) a pesquisa documental ou análise documental compreende aquela pesquisa em que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos escritos ou não.

Então, o trabalho será assim dividido em cinco capítulos, cada um, dividido em função da organização da temática abordada.

O capítulo I, corresponde a introdução que esclarece acerca do objeto de estudo desse trabalho bem como os seus objetivos.

O capítulo II, faz uma breve abordagem da história na constituição da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no Rio Grande do Norte, os programas que existiram e existem no tocante a contribuir para a melhoria do ensino nessa modalidade de ensino.

O capítulo III, o histórico do CNEP, relatando os objetivos para a sua criação, sua importância para o sistema educacional da cidade de Natal e do Rio Grande do Norte como o único centro estadual de Educação Profissional do Estado.

O capítulo IV, vislumbra uma análise crítica e comparativa entre o plano de curso e os princípios e as concepções do PROEJA acerca do curso de Gestão de Microempresas na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos desenvolvido no CNEP.

O capítulo V, compreende as considerações finais acerca da temática,

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino da Educação Básica, direito adquirido e previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que ainda não está tão presente na realidade do cotidiano da sociedade brasileira.

Sabemos que o Estado deve constituir dentre as suas atribuições propiciar uma redução das desigualdades sociais, como também, conduzir para equalizar as condições para grande número da população, que por diversos motivos não tiveram acesso ou não poderão dar continuidade aos estudos na idade própria.

A educação básica de adultos, segundo Freitas (2010) começa a vislumbrar seu lugar na história da educação brasileira por volta de 1930, que o advento do desenvolvimento industrial no início do século XX, iniciando uma crescente valorização da educação dirigida aos adultos. Ainda, essa educação trazia a preocupação de diferentes pontos de vista com relação a essa modalidade de ensino, tais como a valorização do domínio da língua falada e escrita visando o domínio de técnicas de produção; a aquisição da leitura e da escrita como instrumento de ascensão social; a alfabetização de adultos vista como meio de progresso do país e a valorização da alfabetização de adultos para a ampliação da base de votos. Observa-se que a alfabetização de adultos durante essa década tinha apenas um cunho político e econômico visto que iria atender os interesses da classe dominante.

Já na década de 1940, iniciaram um levantamento dos índices de analfabetismo no país, o que pressionou o governo a criar um fundo destinado à alfabetização da população adulta analfabeta. Nesse contexto é criado a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) órgão internacional para a educação que solicita aos países subdesenvolvidos uma solução para o grande número de adultos analfabetos desses países.

Durante esse período, a cidade de Natal (Rio Grande do Norte) passa a desempenhar um papel importante dentro do contexto da Segunda Guerra Mundial na luta aliada pelo Atlântico Sul, com a instalação de base militar norte-americana ocorrendo um crescimento do contingente populacional da cidade ocasionando um

colapso de sua escola pública, dando-se ênfase a alfabetização e escolarização infantil. Sendo destinado ao ensino de jovens e adultos apenas aulas ministradas nos turnos noturnos com o emprego de uma metodologia tradicional. Apesar de uma abrangência à educação de crianças, mas em fase os altos índices de analfabetismo os movimentos de cultura popular concedia grande ênfase a alfabetização de adultos.

No Brasil, em 1947 é implantado a primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) que abarcava as seguintes propostas: alfabetização de adultos em três meses; curso primário em duas etapas de sete meses; capacitação profissional e de desenvolvimento comunitário. Durante esse período o analfabetismo era visto como causa e não como efeito do escasso desenvolvimento do país, em que o adulto analfabeto era identificado como um sujeito incapaz e marginal psicológica e socialmente submetido a menoridade econômica, política e jurídica, não podendo, assim, votar ou ser votado.

A Campanha é implantada em decorrência de dois motivos: o primeiro era o momento pós-guerra que fez com que a Organização das Nações Unidas (ONU) sugerisse aos países um olhar para a educação de adultos. O segundo motivo foi o fim do Estado Novo, que trazia em processo de redemocratização que gerava a necessidade de ampliação do contingente de eleitores no Brasil. Nesse momento a Associação de Professores do Ensino Noturno e o Departamento de Educação preparavam o Primeiro Congresso Nacional de Educação de Adultos, em que o Ministério da Educação (MEC) convocou dois representantes de cada Estado para participarem e discutirem no Congresso.

Dessa forma, as publicações decorrentes das discussões no Congresso Nacional de Educação de Adultos apresentavam as seguintes concepções: o investimento na educação como solução para os problemas da sociedade; o alfabetizador identificado como missionário; o analfabeto visto como causa da pobreza; o ensino de adultos como fácil; a não necessidade de formação específica e de remuneração, devido à valorização do voluntariado. Assim iniciou um processo de mobilização nacional como meta de discutir a educação de jovens e adultos no país.

Apesar do Congresso Nacional de Educação de Adultos não ter obtido o êxito esperado conseguiu alguns bons resultados, como a superação de atitudes preconceituosas com relação a essa modalidade de ensino, principalmente, através

das discussões que foram ocorrendo sobre o processo de educação de adultos. A partir daí, várias pesquisas foram sendo desenvolvidas, como também, o surgimento de teorias da Psicologia que passaram a desmistificar a idéia de incapacidade direcionada ao educando adulto. Muitas críticas foram feitas a essa Campanha em consequência do método de alfabetização empregado para a população adulta, das péssimas condições de funcionamento das aulas, da baixa freqüência e do aproveitamento dos alunos, da má remuneração e desqualificação dos docentes, da inadequação do programa e do material didático à clientela, pela superficialidade do aprendizado e pelo curto período destinado para a Campanha. Assim, ocorreu o declínio da Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos com resultados insatisfatórios.

Outro aspecto positivo da Campanha foi com relação à delegação de Pernambuco, da qual fazia parte Paulo Freire que propôs uma maior comunicação entre educador e educando e solicitando uma adequação do método de alfabetização empregado com características voltadas as classes populares.

Durante a década de 50, foi criada uma estrutura mínima de atendimento para essa clientela, mesmo ainda ocorrendo uma desvalorização do magistério. No final dessa década e início da década de 60, começou-se uma intensa mobilização da sociedade civil solicitando reformas de base levando a um redimensionamento das iniciativas públicas de educação de adultos.

Foi surgindo uma nova visão acerca do analfabetismo junto a uma nova pedagogia de alfabetização de adultos, tendo como principal referência Paulo Freire, surgindo um novo paradigma pedagógico, ou seja, um entendimento entre a problemática educacional e a problemática social. Nessa perspectiva, o analfabetismo antes apontado como causa da marginalização e da pobreza passa a ser resultado do efeito provocado pela pobreza devido a grande concentração de renda existente na sociedade brasileira.

Nesse ínterim, o processo educativo deveria intervir na estrutura social que proporcionava o analfabetismo, através de uma educação de base a partir de um exame crítico da realidade no qual os educandos estavam inseridos, constituindo uma “educação problematizadora”. Na visão de Paulo Freire, educação e alfabetização se confundem. Reforçando tal concepção Freire (2001, p.35) coloca que:

Uma educação que procura desenvolver a tomada de consciência e atitude crítica, graças à qual o homem escolhe e decide, liberta-o em lugar de submetê-lo, de domesticá-lo, de adaptá-lo, como faz com muita freqüência a educação em vigor num grande número de países do mundo, educação tende a ajustar o indivíduo à sociedade, em lugar de promovê-lo em sua própria linha.

Diante desse contexto nacional observamos a expansão dos movimentos de cultura popular sendo implantados em todo o território brasileiro, é deflagrada pela Secretaria Municipal de Educação a “Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler” em fevereiro de 1961, na cidade de Natal-RN com a utilização dos métodos de Paulo Freire. Durante esse período o município de Natal apresentava uma população de sessenta mil e duzentos e cinquenta e quatro (60.254) analfabetos fora da escola.

Em 1963, no município de Angicos (RN) ampliando essa experiência, é realizada a primeira aula em 18 de janeiro de 1963 e a 40ª aula em 2 de abril do mesmo ano. A solenidade de encerramento do curso foi marcada pelas presenças do Governador do Estado (Aluízio Alves) e do Presidente da República (João Goulart). A experiência de Angicos foi vista de forma decisiva para a adoção do Método pelo Plano Nacional de Alfabetização (PNA) do MEC, em âmbito nacional.

As idéias de Paulo Freire espalharam por todo o país, sendo reconhecido nacionalmente pelo seu trabalho com a educação popular mais especificamente a educação de adultos. Para corroborar com nosso ponto de vista Silva (2002, p.59) destaca que:

Na perspectiva da educação problematizadora,[...] todos os sujeitos estão ativamente envolvidos no ato de conhecimento. O mundo – o objeto a ser conhecido – não é simplesmente ‘comunicado’; o ato pedagógico não consiste em simplesmente ‘comunicar o mundo’. Em vez disso, educador e educandos criam, dialogicamente, um conhecimento do mundo.

Na década de 60, o governo resolve encarregar Paulo Freire de organizar e desenvolver um Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, mas em decorrência do Golpe Militar em 1964, ocorre uma ruptura na proposta de Paulo Freire tendo em vista que suas idéias de conscientização iam de encontro aos preceitos pregados durante o regime militar. Assim, Paulo Freire é exilado sendo implantado um programa de alfabetização de adultos com caráter assistencialista e conservador.

Dentro desse contexto, em 1967, o governo assume a alfabetização de adultos com a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização, conhecido como MOBRAL através Lei nº 5379 de 15 de dezembro de 1967. Este era voltado para atender estudantes de 15 a 30 anos, objetivando uma alfabetização funcional, isto é, a aquisição de técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo. De acordo com Freitas (2010) “o objetivo era ‘erradicar’ o analfabetismo e também inserir o alunado na indústria”. Com o emprego de tais procedimentos metodológicos ocorreu um esvaziamento no sentido crítico e problematizador proposto por Paulo Freire.

Na década de 70, aconteceu a expansão do MOBRAL em termos territoriais e de continuidade, começando uma proposta de educação integrada, que tinha como objetivo a conclusão do antigo curso primário, mas paralelamente a essas medidas foram constatadas alguns grupos que atuavam na educação popular que continuavam realizando uma alfabetização de adultos tendo uma proposta mais criativa. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB de 5692/71, foi implantado o Ensino Supletivo, com um capítulo dedicado a Educação de Jovens e Adultos. Essa LDB limitou o dever do Estado com relação a faixa etária de 7 a 14 anos, mas reconheceu a educação de adultos como um direito de cidadania, sendo assim, considerado um avanço para a área de Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Em 1974, o Ministério da Educação (MEC) implantou os Centros de Estudos Supletivos (CES) que se organizavam com base no trinômio tempo, custo e efetividade. Em consequência do contexto vivido pelo país, sugeriram vários acordos entre o MEC e USAID, em que eram oferecidos cursos influenciados pelas idéias tecnicistas, adotando módulos instrucionais, atendimento individualizado, autoinstrução, oferecido em duas partes: modular e semestral. Assim, temos como consequência um alto índice de evasão, o individualismo, o pragmatismo e a certificação rápida e superficial.

Nos anos 80, com a abertura política, as experiências ocorridas paralelamente à alfabetização dentro de uma perspectiva mais crítica ganharam corpo. Surgiram os projetos de pós-alfabetização que propunham um avanço na linguagem escrita e nas operações matemáticas básicas. Em 1985, o MOBRAL foi extinto e surgiu, em seu lugar, a Fundação EDUCAR que abriu mão de executar diretamente os projetos e passou a apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas propostas. A década de 80 foi marcada pela difusão das pesquisas sobre língua

escrita com reflexos positivos na alfabetização de adultos. Em 1988, foi promulgada a Constituição que ampliou o dever do Estado para com a EJA, garantindo assim o ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos.

Na década de 90, durante o governo Collor a Fundação Educar é extinta. Assim, o desafio da EJA passou a ser o estabelecimento de uma política e de metodologias criativas com a universalização do ensino fundamental de qualidade. No âmbito internacional ocorre um grande reconhecimento da importância da EJA para o fortalecimento da cidadania e da formação cultural da população, em decorrência das conferências organizadas pela UNESCO, responsável por incrementar a educação nos países subdesenvolvidos.

Este órgão internacional instigou uma discussão nacional sobre o assunto, envolvendo delegações de todo o país. A partir dessa mobilização nacional, foram organizados os Fóruns Estaduais da EJA, que vem se expandindo em todo o país, atualmente, encontra-se presente em todos os estados brasileiros. Em 1996, ocorreu uma intensa campanha incentivada pelo MEC e pela UNESCO, no sentido de uma preparação para a V CONFITEA (V Conferência Internacional da Educação de Adultos) a ser realizada em Hamburgo – Alemanha, que lutava em defesa da formação de professores.

O MEC instituiu uma Comissão Nacional de EJA, para incrementar essa campanha. A orientação dada foi que cada Estado realizasse um encontro para diagnosticar ações e metas de EJA. Em 1997, a UNESCO convocou as Secretarias Estaduais de Educação (SEE), as Secretarias Municipais de Educação (SME), as universidades e ONGs para a preparação da V CONFITEA, através da discussão e da elaboração de um documento nacional com diagnóstico, princípios e planos de ação. Esses eventos marcaram o ressurgimento da área de EJA.

Seguindo essa corrente de intercâmbios, Curitiba realizou um encontro, com o patrocínio da UNESCO para a socialização da V CONFITEA. Em consequência desse encontro veio à decisão de iniciar uma série de Encontros Nacionais da EJA (ENEJA). Em 1999, aconteceu o 1º ENEJA, no Rio de Janeiro, em que participaram os Fóruns do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Esse encontro acabou estimulando o surgimento de outros fóruns em diversos estados do Brasil.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/1996, propôs em seu Artigo 3º segundo Alves Carneiro (2007, p.35) a igualdade de condições para o

acesso e a permanência na escola, o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, a garantia de padrão de qualidade, a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Tais princípios levaram a criação de vários projetos alternativos na área da EJA. A Lei ao determinar a identificação daqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental, possibilitando um espaço de intervenção que criou possibilidades de confronto entre o universo da demanda e o volume e qualidade da oferta, o que onde pode gerar um maior compromisso do setor público com a EJA.

O surgimento dos Fóruns de Educação de Jovens ocorreram de formas diferenciadas em cada estado. Assim, concluímos que os Fóruns de EJA apresentam com o objetivo de socializar informações e trocar experiências, constituindo um espaço de pluralidade. A partir do momento em que o MEC se ausenta da qualidade de articulador de uma política nacional, os Fóruns aparecem como uma estratégia de mobilização das instituições do país que estão diretamente envolvidas com a EJA, isto é, o conhecimento adquirido nos Fóruns possibilita a socialização de experiências, leva à articulação e a intervenção. Os Fóruns instalaram como espaços de diálogos, em os segmentos envolvidos com a EJA planejem, organizem e proponham encaminhamentos em comum.

A partir de 1997, a história da EJA passa a ser registrada num Boletim de Ação Educativa, que é proporcionado pela socialização de uma agenda dos Fóruns e os relatórios dos ENEJAs. De 1999 a 2000, os Fóruns passam a marcar presença nas audiências do Conselho Nacional de Educação para discutir as diretrizes curriculares para a EJA. Em alguns estados passaram a participar da elaboração das diretrizes estaduais e em alguns municípios, participaram da regulamentação municipal da EJA. Além disso, a Secretaria de Erradicação do Analfabetismo instituiu uma Comissão Nacional de Alfabetização solicitando aos Fóruns uma representação. Os Fóruns têm sido interlocutores da EJA no cenário nacional, contribuindo para a discussão e o aprofundamento do que seja a EJA no Brasil.

Em 1996, foi lançado o Programa de Alfabetização Solidária (PAS) polêmico por utilizar práticas superadas como o assistencialismo. Em 1998, com o objetivo de atender as populações de áreas de assentamento foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Em 2003, o governo de Luis Inácio Lula da Silva lançou o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) que dá ênfase ao voluntariado apostando na mobilização da

sociedade para resolver o problema do analfabetismo. O programa possibilita o acesso à cidadania e desperta para a continuidade dos estudos. O referido programa é desenvolvido em todo o território nacional, principalmente nas localidades em que os índices de analfabetismo são de 25%, assim noventa por cento do programa é desenvolvido na Região Nordeste do país.

2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A Educação Profissional no Brasil pode ser analisada sob a ótica de diversos aspectos tais como o social, econômico, legal, histórico, entre outros.

Observamos que a educação profissional no nosso país iniciou de decisões destinadas a amparar os órfãos e os desvalidos da sorte como eram conhecidas a pessoas destituídas de tudo até mesmo de educação. Assim a história da educação profissional brasileira está marcada por um caráter assistencialista.

No século XIX, com a chegada da família real portuguesa no Brasil foi criado o Colégio das Fábricas (1809), a Escola de Belas Artes com o ensino das ciências e do desenho para os ofícios realizados nas oficinas mecânicas (1816), no período de 1840 a 1849 foram construídas dez casas de artifícios nas capitais do país, em 1854, as crianças e jovens em situação de mendicância eram enviadas para os Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, onde recebiam instrução primária e aprendiam alguns ofícios. Em 1861 foi criado o Instituto Comercial do Rio de Janeiro para conceder capacitação para pessoas que queriam exercer cargos públicos. Ainda no decorrer desse século foram criados os Liceus de Artes e Ofícios nas principais cidades brasileiras (RJ, Salvador, SP, Recife, Maceió, Ouro Preto).

O início do século XX é marcado pelo esforço de uma modificação no perfil da educação profissional para que o mesmo deixasse de ter um caráter assistencialista, sendo oferecido na preparação de operários para o exercício profissional no qual o ensino profissional passou a ser responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1906).

Posteriormente, mais precisamente em 1909 surgem as Escolas de Aprendizes Artífices sendo criadas dezenove escolas distribuídas pelo país como meta a educação industrial e custeadas pelo Estado. Em 1920 é instituída a Comissão Especial para Remodelagem do Ensino Profissional. No Rio de Janeiro

em 1924 é criada a Associação Brasileira de Educadores (ABE) esta sendo responsável pelas Conferências Nacionais de Educação realizadas a partir de 1927. No ano de 1931 é criado o Conselho Nacional de Educação, no qual efetiva-se uma reforma educacional conhecida como Reforma Capanema (devido ao Ministro da Educação da época, Gustavo Capanema). Através de Decretos Federais ocorre a criação do Ensino Secundário e o Ensino Comercial regulamentando a profissão de contador.

Tendo em vista o processo de industrialização que passa a florescer durante esse período, desencadeando a exigência de profissionais mais especializados para exercer funções para o setor industrial, comercial e da prestação de serviços. Em decorrência desse posicionamento do processo de industrialização ocorreu a necessidade de serem baixados vários Decretos-Lei, tendo a função de normatizar a estruturação da educação brasileira denominadas de Leis Orgânicas da Educação Nacional. No mesmo período, foram criados o Sistema S a partir dessas Leis Orgânicas, composto pelos seguintes órgãos: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE).

Na década de 50, ocorre estudos de Educação Profissional com pressuposto propedêutico, por intermédio da Lei Federal nº 1076/50 onde os alunos concluintes dos cursos profissionalizantes teriam o direito de ingresso em cursos superiores em que eram prestados exames das disciplinas que não tivessem nos seus cursos e eram realizados também provas de conhecimentos.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 4024/61 (20 de dezembro de 1961) que abrangia todas as modalidades e níveis educacionais, como o profissionais de ensino possibilitou a equivalência plena entre os cursos do mesmo nível. Ou seja, essa Lei Federal conseguiu flexibilizar a estrutura do ensino, possibilitando o acesso ao ensino superior, independentemente do tipo de curso que o aluno tivesse feito anteriormente.

Já a LDB nº 5692/71 – Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus tinha como objetivo procurar a estruturação da educação do primeiro e segundo ciclo, em que a educação profissional de nível médio era para todos, ao contrário na Lei nº 7044/82 que facultou essa obrigatoriedade da Educação Profissional.

Essa Lei apresentou como contradição a tentativa de generalizar a profissionalização no nível médio, devido principalmente a ausência de condições favoráveis para o desenvolvimento dos cursos de nível médio que não apresentavam a devida qualidade na preparação dos profissionais que atendessem as exigências da sociedade brasileira e do mundo naquela época.

A nova lei representava uma mudança radical na estrutura básica do ensino brasileiro. O Curso Primário, de quatro anos, e o Curso Médio Ginásial, de três anos, se cingiam no ensino de 1º grau de oito anos. O Ensino Médio Colegial, de três anos, transformava-se em ensino de 2º grau com estrutura única, oferecendo, pelo mecanismo de currículo universal, a profissionalização compulsória, disponibilizada, legalmente, pela oferta de uma extensa gama de habilitações profissionais.

A LDB nº 9394/96 define uma reestruturação em toda educação do Brasil, no qual contempla apenas dois níveis de ensino: a educação básica composta pela educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio; e o ensino superior.

A educação básica segundo o Artigo 22 da LDB 9394/96 afirma que a mesma tem a finalidade de desenvolver no educando, assegurando a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo meios para progredir no trabalho em estudos posteriores.

Assim, o Ensino Médio corresponde à fase final da educação básica, apresentando duração de três anos, tendo como principais finalidades como Alves Carneiro enfatiza de acordo com os incisos do Artigo 35 da LDB 9394/96 (2007, p.116):

I - Consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental;

II - Preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, adaptando as novas condições de ocupação e aperfeiçoamento;

III - O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

A Educação e Jovens e Adultos é vista nessa LDB como modalidade de ensino como forma de educação básica na qual será destinada aos educandos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. (Artigo 37)

No tocante ao Ensino Profissional contemplado na LDB através do Artigo 39, Capítulo III, afirma que esse nível de ensino integrado às diferentes formas de educação, ao trabalho, a ciência e a tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. O discente matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio ou superior, como também o trabalhador em geral, jovem ou adulto, poderá contar com a acessibilidade à educação profissional.

A educação profissional é desenvolvida de forma articulada com o ensino médio regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho conforme declara o Artigo 40 da LDB. Sua estruturação ficou definida em nível básico, que compreende a qualificação e reprofissionalização; técnico, que abarca a habilitação profissional de nível médio e o tecnológico, correspondente ao curso superior de tecnologia.

Em decorrência do Decreto nº 5154/2004 ocorre uma estruturação na educação profissional nos níveis de formação inicial e continuada, técnica de nível médio e o tecnológico englobando a pós-graduação. O ensino técnico pode ser oferecido sob três formas: integrada, concomitante e subsequente no nível médio. Por esse entendimento observa-se que através do Parecer nº 39/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB) propõe orientações para a oferta de vagas de curso integrados da educação profissional com o ensino médio garantindo toda uma estrutura desde o perfil da escola, como o Projeto Político Pedagógico, as competências, disciplinas, núcleos temáticos, organização curricular, procedimentos avaliativos, ou seja, todos os elementos que irão compor a instituição educacional.

O Decreto 5840/2006 de 13 de julho de 2006 institui o Programa de Integração Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA na rede federal abrangendo cursos e programas para formação inicial e continuada da educação profissional técnica de nível médio.

A implementação do PROEJA visa resgatar e reinserir no sistema educacional brasileiro milhares de jovens e adultos, possibilitando-lhes acesso a educação e a formação profissional na perspectiva de uma constituição integral.

Em 2007 é institucionalizado pelo Governo Federal o Programa Brasil Profissionalizado através do Decreto nº 6302 de 12 de dezembro de 2007, cujo objetivo é incentivar a expansão do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica nas redes públicas estaduais, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais.

O Programa faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de Ensino Médio Integradas à Educação Profissional. O objetivo é integrar o conhecimento ao Ensino Médio à prática.

2.2 O PROEJA: UM PROGRAMA INOVADOR PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA

Diante do cenário de embates pedagógicos a Educação de Jovens e Adultos direciona para outra perspectiva no sentido de dá continuidade de estudos até o nível superior a um público que teve sua escolaridade interrompida, fator limitador de chances na vida como no mundo do trabalho.

Assim, buscamos uma ampliação dessa modalidade de ensino com a Educação Média Profissional através de todo o processo de lutas da Educação de Jovens e Adultos no Brasil através dos fóruns, congressos, seminários em que foi discutida a situação dos jovens e adultos que por diversas razões tiveram que se ausentar das salas de aula.

Para tanto foi instituído pelo Decreto nº 5.478 de 24 de junho de 2005 o Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Esse Decreto tem como objetivo a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de proporcionar para a integração sociolaboral dos cidadãos com direito de concluir a Educação básica e que ter uma formação profissional de qualidade.

Tal decreto foi revogado pelo Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006 que determina o Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) fazendo referência, primordialmente, a formação inicial e continuada de

trabalhadores e da educação profissional técnica de nível médio. Contudo, a possibilidade de implantação de uma política pública educacional destinada a proporcionar uma oferta educacional que integra o Ensino Médio à educação profissional de nível médio poderá contribuir de forma significativa para a formação humana mais completa. Todavia, segundo Moura (2007, p.20) podemos afirmar que:

As intenções explicitadas no PROEJA são coerentes com as políticas públicas para a educação profissional e tecnológica definidas pelo atual governo federal, as quais apontam para a necessidade de a EPT articular-se com a educação básica e com o mundo do trabalho, além de interagir com outras políticas públicas, com o fim de contribuir para a garantia do direito de acesso de todos à educação básica, para o desenvolvimento socioeconômico e para a redução das desigualdades sociais.

Nessa perspectiva verificamos que o PROEJA almeja um processo de transformação do Brasil, no sentido de proporcionar um desenvolvimento e a busca de uma justiça social através de uma sociedade mais igualitária com relação à educação profissional, visto que ocorra a combinação da expansão da oferta pública de educação profissional e estratégias de financiamento público para a formação integral do cidadão em que sua vida escolar é marcada por rupturas condizente com uma situação socioeconômica excludente.

Tendo se efetivado o PROEJA como um programa interligado as políticas sociais com o objetivo de atender grupos socialmente excluídos, onde estes estabelecem pressão sobre o Estado brasileiro, advindas das condições que geram violência, pobreza, miséria, desemprego entre outros, delimitando assim as possibilidades de acesso aos bens socialmente produzidos e afetando a ordem e a estabilidade prejudicando o avanço do capitalismo através das cobranças exigidas por essa classe ao Estado para resolver os diversos problemas sociais.

Percebemos que atualmente é alto o índice de jovens e adultos excluídos das melhores condições de vida, como também das melhores condições com relação ao mundo do trabalho. Isso, em decorrência de apresentarem um grau de escolaridade descontínuo para ocupar os postos de trabalho. Entendemos que o mundo do trabalho compreende todo o ambiente de construção de sobrevivência, como também, de transformação social. Assim, o Documento Base do PROEJA evidencia que esse mundo do trabalho está relacionado a “toda a construção histórica que homens e mulheres realizaram, das mais simples, cotidianas, inseridas e oriundas no/do espaço local até as mais complexas [...]” (BRASIL, 2007, p.13)

Dessa forma, buscamos através do PROEJA a possibilidade de uma associação entre a formação inicial e continuada à oferta do Ensino Fundamental na modalidade EJA objetivando qualificar trabalhadores, garantindo a elevação do nível de escolaridade. Para uma formação direcionada ao exercício de profissões técnicas, a articulação com o Ensino Médio na modalidade EJA pode ser desenvolvida de duas formas, ambas previstas no Decreto nº 5840/2006: a integrada e a concomitante. Em ambos os casos, além de atender as exigências de formação técnica é necessário a garantia de sedimentação das bases de formação geral requeridas para o exercício da cidadania, o acesso às atividades produtivas a continuidade dos estudos e o desenvolvimento pessoal.

Podemos perceber que o PROEJA é um programa que traz benefícios ao proletariado possibilitando o acesso a educação e a profissionalização. Nesse cenário apresentamos uma proposta de trabalho educativo direcionada para uma demanda com as suas especificidades, levando em consideração a importância de um processo de aprendizagem que tenha por base a superação de suas carências que possibilitem evoluir em suas concepções de mundo e de vida. Além disso, que contemple os saberes por eles dominados, permitindo-lhes uma articulação significativa entre as suas vivências e as novas descobertas proporcionadas pelo ambiente escolar.

Inicialmente, o PROEJA foi implantado nas instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica e posteriormente ampliado para as redes públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais. A implantação do PROEJA nas instituições federais de educação profissional ocorreu em virtude das mesmas apresentarem ao longo de sua história um grau de excelência, ou seja, uma qualidade no desenvolvimento do ensino em tais instituições do Brasil. Essas questões aqui abordadas como outras relacionadas ao assunto foram objeto de estudo com ampla produção acadêmica.

Conforme expressa Moura (2007, p.19) acerca da qualidade de ensino com relação a esses estabelecimentos de ensino federais observamos que:

[...] as instituições federais de educação, incluindo a Rede federal de Educação Profissional Tecnológica, tem papel relevante. Algumas características dessa Rede Federal de EPT potencializam a função que as instituições a ela vinculadas podem assumir nesse processo. Em primeiro lugar, estão presentes em quase todos os estados da federação. Em segundo, mas não com menor importância, está a experiência e a qualidade

com que reconhecidamente atuam no ensino médio e na educação profissional técnica de nível médio.

Outro aspecto a ser observado no PROEJA diz respeito à busca de se caracterizar de forma integrada, verificando-se a necessidade de priorizar nas instituições de ensino um currículo integrado.

Levando em consideração as idéias de Ciavatta (2005, p.84) que afirma que integrar

"remete-se ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, ou seja, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos".

Portanto, percebemos a necessidade de uma proposta curricular que atenda as necessidades e particularidades existentes acerca dos jovens e adultos que participam desse programa que pretende proporcionar uma qualificação dos trabalhadores jovens e adultos para o exercício de diferentes ocupações contribuindo de forma significativa para a sua valorização social através da vinculação da Educação de Jovens e Adultos com o mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, a escola de Educação Profissional e Tecnológica passa a constituir um espaço fundamental na construção dos caminhos do desenvolvimento local. Para tal, deve ultrapassar seus muros, ir além da compreensão da Educação Profissional e Tecnológica como mera instrumentadora de pessoas para o trabalho determinado por um mercado que impõe seus objetivos.

É imprescindível situarmos como modalidade de educação potencializadora do indivíduo no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos, a partir de uma prática interativa com a realidade. Mergulhando em sua realidade, deve extrair e problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus, de forma a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local. Para tanto, a autonomia didático-pedagógica constitui elemento imprescindível. Enfatizando essas idéias Machado (2006, p.41-42) aponta que com relação à Educação Profissional e Tecnológica apresentam como objetivos

[...] fornecer uma sólida e atualizada formação científica, tecnológica, cultural e ética aos seus alunos; de promover as oportunidades que levem ao desenvolvimento da criatividade e do pensamento autônomo e crítico; de fomentar o gosto pela aprendizagem e hábitos de aprendizagem; de formar, enfim pessoas abertas, interessadas, curiosas, críticas, solidárias e de iniciativa.

Assim, no âmbito local ocorre a criação e implantação do Centro Estadual de Educação Profissional Senador Jesse Pinto Freire propondo atingir tais objetivos na formação de profissionais trabalhadores críticos e atuantes diante da realidade em que estão inseridos, conscientes do seu papel na sociedade.

3 CONHECENDO O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SENADOR JESSE PINTO FREIRE (CENEP)

O contexto atual é caracterizado pela globalização ou mundialização do capital em que observamos várias mudanças nos diversos segmentos ou ramos da sociedade, proporcionadas principalmente pela adoção de muitas tecnologias na sociedade. Em decorrência desse fato, hoje empregamos a denominação de “sociedade do conhecimento”, visto que prevalecem o uso de novas tecnologias ligadas a informação e comunicação possibilitando uma mobilidade maior e definindo formas de produzir e disseminar o conhecimento.

Essa sociedade traz a marca da informação veiculada em avançadas tecnologias de imagens, som e Internet que propiciam a comunicação em massa e permitem livre circulação de informação, saberes, bem como, facilitam nesse processo de globalização o fluxo (circulação) de capitais, mercadorias, pessoas em várias partes do globo. Percebemos também o desenvolvimento de vários ramos de alta tecnologia nessa fase do capitalismo, a citar, microeletrônica, biotecnologia, telecomunicações, robótica, aeroespacial.

Apesar de que essa mesma globalização propicia o desenvolvimento econômico e social de diversas regiões do planeta, apresenta em contra partida um grande contingente de desempregados provenientes da automação e robotização no processo produtivo, tal consequência é denominada por vários estudiosos e especialistas de desemprego estrutural, considerado um dos principais efeitos desse processo de mundialização do capital, além de provocar outras consequências como as desigualdades cada vez maiores entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, o aumento da crise ecológica mundial, o aumento do racismo e da xenofobia devido principalmente ao fluxo de imigrantes que tem elevado em várias regiões do mundo, entre outras. Para a explicitação desse aspecto recorremos a Frigotto (2005, p.65) que afirma

[...] O ideário da globalização, em sua aparente neutralidade, cumpre o papel ideológico de encobrir os processos de dominação e desregulamentação do capital e, como consequência, a extraordinária ampliação do desemprego estrutural, trabalho precário e aumento da exclusão social.

Nesse sentido nunca é demais lembrar que o Brasil de hoje participa do ciclo de revolução tecnológica com grau relevante de conhecimento e pode compartilhar desse processo. Assim, frente às questões da inovação tecnológica, observamos uma oportunidade da qual não podemos deixar de tomar parte. Eis uma forte razão pela qual principalmente a escola, em especial, a Escola Profissional passa a exercer papel, não único, porém fundamental.

Em consonância com essa realidade que perpetua a necessidade de uma reflexão acerca da formação do trabalhador estabelecendo uma articulação entre a Educação Profissional e o mundo do trabalho, é importante ter clareza de que a educação permanece cada vez mais necessária ao desempenho laboral, ela não é suficiente para garantir o emprego a todos os jovens e adultos, se o país não crescer na economia com equidade. Sem crescimento econômico não há geração de empregos em número significativo para atender as pessoas que estão ingressando ou precisam reingressar no sistema produtivo.

Nessa perspectiva surgem no Brasil programas e políticas que visam assegurar o direito à educação no sentido de dar oportunidade de apropriação do conhecimento, objetivando não apenas o desenvolvimento humano mas a ampliação da cidadania. O desenvolvimento do pensamento crítico a que se pretende oferecer aos educandos e educandas, bem como sua socialização em geral, é favorecido com os programas integrados, ao facilitar a compreensão das relações entre os saberes distintos e a sociedade; aos auxiliá-los a refletir, compreender e criticar os valores e interesses promovidos e beneficiados por um determinado conhecimento.

Assim, a elevação da escolaridade e a Educação Profissional e Tecnológica precisam também estar associadas aos recursos mobiliáveis para o desenvolvimento local, integral e sustentável como estratégia de um projeto soberano e autônomo de país.

A escola deve desenvolver nos discentes a capacidade de tomar decisões com base na reflexão e no diálogo, promovendo, mais do que a formação de futuros cientistas, a educação de cidadãos em uma cultura científica básica, capacitando-os para interpretar os fenômenos naturais e para atuar de forma crítica e responsável em relação aos problemas sociais.

Foi nesse contexto que ocorreu o surgimento do Centro Estadual de Educação Profissional Senador Jesse Pinto Freire (CENEP) tem como finalidade

oferecer a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e formação continuada de trabalhadores, segundo plano de curso cedido pela instituição educacional já citada inspirada nos princípios de liberdade, estética da sensibilidade, política da igualdade, ética da identidade, contextualização, interdisciplinaridade e flexibilização e nos ideais de solidariedade humana por meio de cursos e programas com atendimento presencial e/ou à distância.

Acreditando no princípio de educar é criar condições para que o indivíduo desenvolva e expresse as suas potencialidades o Ministério da Educação através da LDB determinou os níveis e as modalidades de ensino, entre elas tem-se o nível voltado para a Educação Profissional que procura cumprir os princípios acima propostos.

A Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Rio Grande do Norte (SEEC/RN) em conformidade com os pressupostos previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, com o objetivo de implantação na rede pública de centros de formação profissional, através do Governo do Estado do Rio Grande do Norte promoveu a criação da Subcoordenadoria de Ensino Profissional (SUEP) que pelo Decreto nº 16592 de 18 de Dezembro de 2002, cujo objetivo era propiciar a implementação e a implantação dos Centros Estaduais de Educação Profissional, em que estavam programados a construção de dez centros o que possibilitou a criação do CENEP com os recursos advindos do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e através dos financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O convênio nº 281/2000 assegurou os recursos em uma parceria entre o Ministério da Educação (MEC)/SETEC e Secretaria Estadual de Educação o que tornou possível a construção e a estruturação do referido Centro de Educação profissional.

O CENEP passa a ser o primeiro Centro Estadual de Educação Profissional apresentando uma área de 2.696 metros quadrados, composta por uma estrutura física formada por dez salas de aula, cinco laboratórios, biblioteca informatizada, secretaria, auditório com capacidade para cem pessoas, sala de direção, sala de vice direção, sala de coordenação pedagógica, sala de coordenação administrativa, sala de coordenação de relações externas, sala destinada aos professores, além de banheiros, dispensa, cozinha e almoxarifado.

O CENEP apresenta uma infraestrutura bastante satisfatória tendo em vista a realidade de vários estabelecimentos estaduais que não tem as mesmas

estruturas físicas acima mencionadas. Outra vantagem observada diz respeito à localização do estabelecimento, pois o mesmo está próximo do centro da cidade de Natal e tendo em seu entorno a possibilidade de acesso as redes de transporte que trafegam pelas zonas administrativas que compõem a cidade facilitando o fluxo, ou seja, a circulação dos jovens e adultos que pretendem estudar no Centro.

No ano de 2002 foi concluída a construção do CENEP e no ano seguinte iniciaram etapas para a aquisição dos equipamentos e materiais pedagógicos necessários para o funcionamento da instituição de ensino. Todavia devido às mudanças ocorridas no Ministério da Educação em decorrência da mudança de governo e pelos empecilhos administrativos que entravaram a liberação dos processos licitatórios e da compra de materiais para o seu funcionamento. Assim o Centro começou a funcionar em setembro de 2006 com 60% de seu material solicitado sendo que em 2008 todo esse processo de aquisição havia sido concluído.

Em abril de 2006 foi formado um grupo gestor de acordo com a Lei complementar nº 211 de 06 de dezembro de 2001, que modificava a Tabela XVIII do Anexo III da Lei Complementar nº 163, de 05 de fevereiro de 1999. Esse grupo gestor era constituído pelos seguintes cargos:

- a) Diretor-geral;
- b) Vice-diretor;
- c) Chefe de núcleo pedagógico;
- d) Chefe de núcleo administrativo-financeiro;
- e) Chefe de núcleo de relações externas.

Após a formação desse grupo de gestão foi possível em setembro do mesmo ano oferecer a sociedade natalense um total de 320 vagas, no turno matutino e noturno, os Cursos Técnicos de Nível Médio de Informática e Gestão em Microempresa, na modalidade subsequente. A distribuição das vagas ficou assim compreendida, 160 vagas destinadas ao Curso de Informática e as outras 160 vagas para o Curso de Gestão em Microempresas, apresentando uma carga horária de 1000 e 1200 horas respectivamente com duração de dezoito meses, ou seja, um ano e seis meses. Em 2007, o CENEP ampliou a sua oferta oferecendo três turmas de Informática, três turmas em Gestão em Microempresas e três turmas em Biodiagnóstico ainda na modalidade subsequente, que comprehende segundo a LDB

9394/96 aquele aluno que já tenha concluído o ensino médio. Ainda em 2007, o CNEP inclui entre suas metas prioritárias a Educação de Jovens e adultos e propõe a realização do Curso Técnico de Nível Médio integrado ao Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos oferecendo duas turmas no turno vespertino com duração de três anos e duas turmas no turno noturno com duração de três anos e seis meses nos cursos Técnicos em Informática e em Gestão de Microempresa.

Tendo em vista que o PROEJA constitui um programa que visa promover a inclusão profissional de jovens e adultos contribuindo assim para o desenvolvimento do país e consequentemente do Estado, em busca dessa meta o CNEP foi criado para atender a demanda de jovens e adultos que ainda encontravam-se fora do mundo do trabalho e buscava uma oportunidade de concluir e melhorar seu desenvolvimento profissional a muito defasado diante das inovações tecnológicas propiciadas pela revolução tecnicocientífica. Inicialmente o CNEP atendia apenas alunos na modalidade subsequente, mas passou a receber alunos que deveriam estar no ensino regular, constituindo assim uma falha com relação ao público alvo ao qual o PROEJA deveria atender.

Atualmente, a instituição de ensino tem dois cursos de PROEJA, no turno vespertino e noturno. No turno noturno nas cinco turmas de PROEJA, em 2010 foram matriculados 76 alunos, assim distribuídos: 46 alunos no 1º Ano de Gestão em Microempresas, 10 alunos no 2º Ano de Gestão em Microempresas e 06 alunos no 3º Ano de Gestão em Microempresas, 13 alunos no 2º Ano de Informática e 06 alunos no 3º Ano de Informática. A coordenadora pedagógica Maria Aparecida Medeiros informou que este ano não formam matriculados alunos no 1º Ano de Informática. Outro aspecto informado pela coordenadora foi com relação aos laboratórios que apesar da instituição possui 05 laboratórios: 01 de Ciências, que funciona precariamente; 03 laboratórios de Informática que estão em funcionamento e 01 laboratório de Biodiagnóstico que funciona ocasionalmente nas aulas de Química.

Segundo Pinheiro e Menezes (2010) constatamos que no CNEP a maioria dos alunos são trabalhadores, apresentam expectativas de melhoria nas condições de vida profissional permanecendo assim no mundo do trabalho em decorrência de seu conhecimento e acesso na instituição as novas tecnologias atualmente presentes em todas as áreas profissionais. Reforçando essas características Moura

(2006), Ramos (2005), Ciavatta (2005), Paiva (2004) apontam que os alunos que freqüentam essa modalidade de ensino são geralmente sujeitos oriundos das classes populares, com trajetórias descontínuas, que incluem reprovações e repetências. Muitas vezes, o retorno a escola já se deu no ensino fundamental, pela mesma modalidade, pela condição de trabalhadores, que só lhes permite o acesso à escola noturna.

4 ANÁLISE COMPARATIVA DO PLANO DE CURSO DE GESTÃO EM MICROEMPRESAS NA MODALIDADE PROEJA COM OS DOCUMENTOS BASE DO PROEJA E COM O DOCUMENTO BASE DO SETEC

Partimos para a elaboração desse capítulo fazendo alguns questionamentos. Qual seria a principal diferença entre plano de curso e currículo? Qual a relevância de tais elementos organizacionais para as instituições escolares? Que princípios e concepções permeiam o plano de curso do CENEP? Os princípios e as concepções propostas no plano de curso da referida instituição estão em consonância com os Documentos do PROEJA e do Ensino Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio?

No decorrer desse capítulo tentaremos responder de forma clara e objetiva as questões acima levantadas, para isso recorreremos a alguns estudiosos e teóricos que melhor explicitam acerca da temática que pretendemos discutir ao longo desse trabalho monográfico, tais como Libâneo (2004), Sacristán (2008), Tavares (2005), Ciavatta (2005), Ramos (2005), Paiva (2004), Padilha (2007) entre outros.

Perceptível que o currículo ou até mesmo um plano de curso é um dos processos mais importantes dentro do conjunto de práticas relativas à elaboração e organização de todo o trabalho realizado nas instituições educacionais que leva em consideração diferentes classes de conhecimento e que cada uma delas é reflexo de determinadas experiências, valores, perspectivas propósitos e interesses humanos.

Com o intuito de fazer uma diferenciação conceitual entre currículo e plano de curso iremos reportar a alguns teóricos com relação a tais conceitos. Assim com relação a currículo iremos utilizar como referência conceitual Sacristán (2008, p.32) que enfatiza

1. Que currículo é a expressão da função socializadora da escola.
2. Que é um instrumento que cria toda uma gama de usos, de modo que é um elemento imprescindível para compreender o que costumamos chamar de prática pedagógica.
3. Além disso, está estreitamente relacionado com o conteúdo da profissionalização dos docentes. O que se entende por um bom

professor e as funções que se pede que desenvolva dependem da variação nos conteúdos, finalidades e mecanismos de desenvolvimento curricular.

4. No currículo se entrecruzam componentes e determinação muito diversa: pedagógicas, políticas, práticas administrativas, produtivas de diversos materiais, de controle sobre o sistema escolar, de inovação pedagógica, etc.
5. Por tudo o que foi dito, o currículo, com tudo o que implica quanto a seus conteúdos e formas de desenvolvê-los, é um ponto central de referência na melhora da qualidade do ensino, na mudança das condições da prática, no aperfeiçoamento dos professores, na renovação da instituição escolar em geral e nos projetos de inovação dos centros escolares.

Como podemos perceber os conceitos referentes ao currículo apresentam uma dimensão bastante abrangente, visto que ele aborda vários aspectos do processo educativo como ações pedagógicas, administrativa, a determinação dos procedimentos que deverão ser tomados durante todo o processo educacional.

Ainda apresentando o conceito de currículo reportamos a Libâneo (2004, p.168) que reforça que o “currículo é um desdobramento necessário do projeto pedagógico, materializando intenções e orientações previstas no projeto em objetivos e conteúdos”. O currículo constitui um modelo que deve respeitar as necessidades, interesses, expectativas, modos de pensar, ideário e vivência dos alunos no processo de reprodução, apropriação e criação do conhecimento, em confronto com as idéias, os valores.

Assim almejando diferenciar currículo de plano de curso tomaremos como referência o conceito proposto por Padilha (2007, p.37) que aponta que o plano de curso

é um documento que deve funcionar como orientador da rota, direção estabelecida pelos educadores, onde fique claro o ponto de partida, a trajetória e o ponto de chegada do trabalho individual-coletivo dos educadores da escola.

Tais conceitos demonstram a importância da existência do currículo e do plano de curso para as instituições educacionais mostrando a necessidade de melhoria na educação em todos os níveis de ensino tendo em vista que ambos os

elementos servem como referências para todos aqueles que compõem o sistema educacional, como professores, alunos, coordenadores, gestores.

Tomaremos como parâmetro o conceito de plano de curso para analisarmos se o referido plano de curso de Gestão em Microempresas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos oferecido pelo CNEP está em consonância com as concepções e os princípios que permeiam os documentos base do PROEJA e Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (Documento Base do SETEC). O referido plano de curso do CNEP apresenta as seguintes partes constituintes: identificação do curso, justificativa, objetivos (geral e específicos), requisitos de acesso, matrículas e documentos necessários, perfil profissional de conclusão, organização do currículo integrado (médio e técnico), matriz curricular, metodologia de integração, avaliação da aprendizagem, critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores.

Vale salientar que o documento base do PROEJA apresenta as seguintes concepções: o mesmo não deve constituir apenas em um programa e sim em uma política de Estado; educação continuada de cunho profissional, especializações profissionais de participação social, cultural e política e ensino superior; rompimento da dualidade cultura geral versus cultura técnica; formação fundamentada na integração de trabalho, ciência, técnica e tecnologia; formação integral do educando; assumir a EJA como campo de conhecimento específico; o papel do sujeito professor da EJA; proposta político-pedagógica específica, clara e bem definida.

O plano de curso do CNEP analisado apresenta no seu documento algumas dessas concepções tais como possibilitar aos educandos uma educação continuada ofertando oportunidades de cursos para atuação no mundo do trabalho, através da análise do documento foi evidenciado uma formação técnica pautada na tecnologia, na ciência, no trabalho e na técnica.

Outra concepção que necessita de ajuste é com relação à formação de professores nessa modalidade de ensino, em que verificamos a existência de muitos profissionais que apresentam várias dificuldades em trabalhar com esse público. A proposta pedagógico-política segundo estudo monográfico realizado por Pinheiro e Menezes (2010) no CNEP mostrou a necessidade de uma reformulação na proposta pedagógica do Centro.

Com relação aos princípios explicitados em tais documentos podemos observar as semelhanças e diferenças através do seguinte quadro comparativo:

PRINCÍPIOS	DOCUMENTO BASE DO PROEJA	DOCUMENTO BASE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO - SETEC	PLANO DE CURSO DO CENEP
1º	Inclusão da população em suas ofertas educacionais	Formação humana integral	Garantia do padrão de qualidade profissional
2º	Inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos	Trabalho, ciência, tecnologia e cultura como categorias indissociáveis da formação humana.	Valorização da experiência extraescolar dos educandos
3º	Ampliação do direito à educação básica, pela universalização do Ensino Médio	Trabalho como princípio educativo	Vinculação entre ciência, trabalho, pesquisa e práticas sociais
4º	Trabalho como princípio educativo	Pesquisa como princípio educativo: o trabalho de produção do conhecimento	Condições favoráveis para o acesso e permanência na escola
5º	Pesquisa como fundamento da formação	Relação parte-totalidade na proposta curricular	Ampliação da oferta de escolarização e profissionalização na modalidade EJA
6º	Considera as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como produzem as identidades sociais.		Inclusão profissional de jovens e adultos no mundo do trabalho

Quadro comparativo dos princípios dos documentos base do PROEJA, do SETEC e o plano de curso do CENEP

Fonte: O autor (2010).

Se analisarmos o quadro comparativo, podemos perceber claramente que alguns princípios são comuns aos dois documentos base, como por exemplo, os princípios intitulados: **trabalho: como princípio educativo** e **pesquisa como fundamento da formação**. Ambos os princípios tanto no documento base do PROEJA como do documento base do SETEC ressaltam a importância do trabalho no processo de transformação da sociedade propiciado pelo homem, pois é através

do trabalho que o ser humano produz para si e para outrem a busca de melhores condições de vida. Podemos dizer que o como princípio educativo proporciona a compreensão do processo histórico tanto de produção científica como tecnológica, como também os conhecimentos produzidos e apropriados socialmente para a modificação das condições de vida e da ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos.

Ainda no plano de curso vemos o esclarecimento do trabalho que permeia o sentido da cidadania. Esse princípio tem como objetivo proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico das profissões, sem nunca se esgotar a elas. Conforme Ciavatta (2005, p.92) ressalta “[...] é o trabalho como princípio de cidadania, no sentido de participação legítima de benefícios da riqueza social, que se distingue das formas históricas e alienantes, de exploração do trabalhador, presentes na produção capitalista.” No plano de curso do CNEP esse princípio encontra-se contemplado nas seguintes partes: na justificativa do curso (orientada para a formação de profissionais qualificados que possam atuar em gestão, em setores e segmentos de alta relevância; nos objetivo geral e específicos; perfil profissional de conclusão (...entender o funcionamento do mundo e dos processos produtivos, planejando, executando e avaliando ações de intervenções na realidade); na organização curricular; na metodologia de integração).

Além do trabalho, evidencia a **pesquisa como princípio educativo na produção de conhecimentos**, fator relevante para o modo de produzir conhecimentos permeados pelo trabalho potencializando. Assim, a construção da autonomia intelectual presente no ensino em que este prepara para a busca de soluções práticas e teóricas da vida dos sujeitos trabalhadores.

Observamos que tais princípios estão contemplados no plano de curso do CNEP nas partes referentes à justificativa do curso (“orientada para a formação de profissionais qualificados que possam atuar em gestão, em segmentos e setores de mais alta relevância” e “objetiva oferecer a sociedade trabalhadores aptos e cidadãos ativos preparados para atuarem com ética e responsabilidade”), nos objetivos geral e específicos, no perfil profissional de conclusão, na organização do currículo integrado (médio e técnico) em que é enfatizado “numa visão de educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à

tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”; na matriz curricular, metodologia da integração e nos projetos integradores/prática profissional.

O princípio do Documento base do PROEJA referente à **inclusão da população em suas ofertas educacionais** ressalta a necessidade de incluir nas instituições educacionais jovens e adultos que não concluíram a educação básica, mas propiciando as devidas condições para a sua permanência e sucesso nos estabelecimentos escolares. Tal princípio encontra contemplado no plano de curso do CNEP quando este enfatiza que a instituição na parte relacionada a justificativa do curso (“a necessidade urgente de se ampliar a oferta de escolarização e profissionalização na modalidade EJA para os jovens e adultos que ainda não estão inseridos no mundo do trabalho”), no objetivo geral e específicos (oferecer a jovens e adultos trabalhadores oportunidades de escolarização que aliem a educação básica em nível médio e à educação profissional, com desenvolvimento de competências e habilidades que propiciem a formação integral do aluno como cidadão e como profissional de qualidade”), nos requisitos de acesso (“são reservadas 70% das vagas para alunos oriundos do sistema público de educação e 30% para a rede privada”), na organização do currículo integrado (médio e técnico), na metodologia da integração

Com relação ao princípio do Documento base do SETEC a **formação humana integral** reforça a importância de tornar a educação geral parte inseparável da educação profissional em todos os campos que ocorre a preparação para o trabalho de forma a superar a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Podemos observar no plano de curso do CNEP uma referência a tal princípio quando na identificação do curso do plano da instituição é colocado que “a organização curricular constitui-se de disciplinas gerais e específicas que contemplam a formação integral do trabalhador-cidadão, com compreensão crítica do mundo, da vida e do trabalho”, na justificativa do plano de curso, nos objetivos geral e específicos, no perfil profissional de conclusão, na organização do currículo integrado, na metodologia de integração.

Além de contemplar esse princípio tal afirmação estende para outros princípios como o 4º (trabalho como princípio educativo) e o 5º (pesquisa como fundamento da formação) princípios do documento base do PROEJA e o 3º princípio (trabalho com princípio educativo) do Documento base do SETEC já discutidos

anteriormente. Esse princípio integrante do referido Documento tem consonância com a idéia de currículo integrado defendido por Ramos (2005) indica que o currículo integrado organiza o conhecimento e desenvolve o processo ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam aprendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender. Contempla assim uma compreensão global do conhecimento e de promover maiores parcelas de interdisciplinaridade na sua construção.

O princípio do documento base do PROEJA intitulado **inserção orgânica da modalidade EJA integrado à educação profissional nos sistemas educacionais públicos** confere o direito de educação para todos como assegurado na Constituição Brasileira desde a educação infantil seguindo até a conclusão do ensino médio. Encontramos o princípio especificado na parte inicial do plano de curso do CNEP (identificação do curso) quando neste é mencionado a LDB 9394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Técnico, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, pelos Decretos nº 5154/2004 e 5840/2006, pelo Parecer nº 016/99, pelas Resoluções CNE/CEB nº01/2000, nº 01/2005 que possibilitaram a inserção da modalidade de ensino acima referida, bem como, integrá-la a educação profissional na referida instituição de ensino lócus dessa pesquisa. Outro ponto que reforça esse princípio é a afirmação feita na justificativa do plano de curso em que é colocado “a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, opta por implantar o programa, inicialmente no Centro de Educação Profissional Senador Jessé Pinto Freire – CNEP, por considerar a ação um desafio pedagógico e político que deve ser prontamente assumido pelas instituições públicas de ensino”. Outra parte do plano que referencia tal princípio é a menção feita na organização do currículo integrado (médio e técnico), matriz curricular de curso, metodologia de integração, prática profissional do curso.

Tomando como parâmetro o princípio do Documento Base da SETEC relacionado ao **trabalho, ciência, tecnologia e cultura como categorias indissociáveis da formação humana** percebemos a importância que tais elementos têm na formação do sujeito-trabalhador considerando-os aspectos intrínsecos a sua formação no contexto histórico-social de todos e todas que contribuem para o desenvolvimento econômico, social, intelectual, profissional do

país. As instituições de ensino médio integrado a educação profissional deve privilegiar a integração desses elementos na constituição de seus currículos e dos planos de cursos que oferecem esse nível de ensino.

No plano de curso do CNEP tal princípio encontra-se evidenciado na justificativa do curso quando menciona que “assim, a Gestão em Microempresas ganha valorização social como meio de obtenção da eficiência e eficácia das instituições e se converte em recurso estratégico para o avanço de qualquer sociedade”. Desse modo, é necessário ter mais conhecimento para competir, decodificar e interpretar informações e dar conta dos avanços tecnológicos. Além desse item do plano também podemos constatar esse princípio nos objetivos geral e específicos, no perfil profissional de conclusão, na organização do currículo integrado médio e técnico, organização do currículo integrado, matriz curricular do curso, metodologia de integração, projetos integradores, prática profissional e na avaliação da aprendizagem.

O princípio relacionado no Documento base do PROEJA referente à **ampliação do direito à educação básica, pela universalização do Ensino Médio** constitui um dos princípios que contribuiu para o pensamento de uma educação que se construisse ao longo de toda a vida, assim sendo, ocorreu uma expansão desse direito possibilitando a universalização da educação básica no Brasil. No plano de curso do CNEP esse princípio encontra-se privilegiado na identificação e na justificativa do curso, nos seus objetivos geral e específicos, nos requisitos de acesso, no perfil profissional de conclusão, na organização do currículo integrado, na metodologia da integração, na prática profissional e na avaliação da aprendizagem.

Levando em consideração o princípio do Documento base da Educação Profissional de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio referente à **relação parte-totalidade na proposta curricular** em que tal documento aponta a importância que existe na integração entre a formação básica e a formação profissional, onde ambas devem constituir elementos indispensáveis e complementares para a formação do sujeito-trabalhador. Nesse sentido, alguns estudiosos e teóricos (CIAVATTA, FRIGOTTO, MOURA) corroboram com a idéia de que os conhecimentos específicos trabalhados na formação profissional não são suficientes para proporcionar a compreensão ampla da realidade, necessitando de uma complementação dos conhecimentos provenientes da formação geral. Portanto, ambas as áreas fazem

parte da formação do ser humano necessitando estarem interligadas favorecendo a formação do técnico de nível médio. Tal princípio ressalta a importância da interdisciplinaridade que aparece como necessidade, como meio organizador do currículo e como método de ensino-aprendizagem, pois os conceitos de diversas disciplinas seriam relacionados à luz das questões concretas que se pretende compreender.

Assim, verificamos que tal princípio é contemplado no plano de curso do CNEP, quando o mesmo demonstra nas seguintes partes: na identificação e justificativa do curso, na organização do currículo integrado, nos objetivos geral e específicos, no perfil de conclusão, na metodologia do plano de curso, a relevância dessa integração entre a formação básica com a formação profissional.

Todavia, a coordenadora pedagógica da instituição mencionou que não é realizado na prática os projetos integradores (parte que interliga a totalidade) que deveriam ser desenvolvidos no decorrer dos três anos e meio de duração dos cursos do PROEJA como mostra a matriz curricular e a seção relativa aos projetos integradores mencionados no plano de curso do CNEP, sendo realizado apenas ao final de cada curso o estágio em empresas. Assim, percebemos a ineficácia do plano de curso no tocante a essa interdisciplinaridade que deveria ser fator primordial para a eficácia do 5º princípio correspondente a parte-totalidade, no qual não é executado no referido plano de curso.

Esse princípio pertencente ao documento base da Educação Profissional de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio discutido nesse item não apresenta equivalência no documento base do PROEJA, assim como o item a ser discutido abaixo não é mencionado ou especificado no documento base da Educação Profissional.

De acordo com o documento base do PROEJA que consiste em **considerar as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais, como fundantes da formação humana e modos como produzem as identidades sociais** verificamos no referido documento a necessidade de incluir no sistema educacional, como profissional, social não priorizando apenas os trabalhadores, mas todos e todas que fazem parte da sociedade brasileira sem distinção étnica, religiosa, ideológica, política.

Paulo Freire ressalta a importância na valorização das diferenças, ou seja, da diversidade presentes no nosso contexto atual abrangendo os afro-

descendentes, os indígenas, os quilombolas, pessoas especiais etc. Dando ênfase a tal princípio podemos recorrer a vários documentos legais que enfatizam esse aspecto como a LDB 9394/96 a Constituição brasileira.

Com relação ao plano de curso do CNEP percebemos que o mesmo não enfatiza esse princípio necessitando de uma reformulação que esclareça os pontos centrais do mesmo, como por exemplo, na parte do plano de curso referente aos requisitos de acesso em que apenas é indicado o percentual de alunos oriundos dos sistemas públicos e privados, mas não é especificado o percentual para pessoas com necessidades especiais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia teve como objetivo a análise comparativa do Plano de curso do Curso de Gestão em Microempresas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos com o Documento Base do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e do Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

Ao longo da realização desse trabalho através de toda pesquisa bibliográfica realizada observou-se o descaso e a exclusão presentes na Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino num quadro precário que acentua-se a cada dia tendo em vista a tendência nacional de desvalorização da educação em geral. E esta necessita ser vista como fator fundamental e imprescindível, uma vez que tem o poder de dignificar o ser humano e resgatar a cidadania. Também verificou-se o empenho que muitos estudiosos fizeram ao longo do processo histórico brasileiro como forma de reverter tal situação da realidade brasileira.

Nessa perspectiva verificamos o incentivo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação propõe para o aproveitamento dos estudos sendo essa orientação válida para todo e qualquer aluno, principalmente para os jovens e adultos cujas práticas possibilitam um saber em vários aspectos da vida ativa e que tornam capazes de tomar decisões ainda que, muitas vezes, não hajam tematizado ou elaborado estas competências. A Educação de Jovens e Adultos é um momento significativo de reconstruir estas experiências da vida ativa e resignificar conhecimentos de etapas anteriores da escolarização articulando-os com os saberes escolares.

Vale ressaltar que muitos jovens e adultos presentes no Ensino Médio egressos da Educação de Jovens e Adultos apresentam um perfil diferenciado, pois na sua maioria são trabalhadores, maduros, com grande experiência profissional e com um olhar diferente sobre as coisas e a vida. Como se não bastasse à baixa autoestima e o processo discriminatório por que passam os jovens e adultos egressos da EJA apresentam ainda a questão do tempo, que para eles é primordial, pois estão em busca do tempo perdido.

Dessa forma o curso oferecido à clientela que compõe a EJA deve ser compacto e dinâmico sem, no entanto, perder seu caráter educativo como aconteceu com alguns cursos e programas para esse público no decorrer da história

da educação de jovens e adultos no Brasil.

É necessário dentro desse contexto que as escolas de Ensino Médio Integrado a Educação Profissional estejam preparadas para atender essa clientela egressa da EJA com características que proporcionem a inserção desse alunado no meio social, que levam a definição de vocações próprias, bem como, a construção de sua cidadania, da preparação de profissionais ativos e atuantes no mundo do trabalho.

Ainda hoje a Educação de Jovens e Adultos é ainda feita por muitos sem responsabilidade, principalmente por parte dos nossos governantes que insistem em pregarem que fazem uma educação de qualidade, onde o que vemos na realidade é a falta da qualidade que deveria ser empregada por aqueles que estão no comando da nossa nação. Observa-se que a educação é feita por esses governantes de forma alinhavada nas diversas regiões do território brasileiro, onde não existem capacitações para os professores, infraestrutura que atendam as necessidades da população, condições mínimas para um trabalho sério a ser desenvolvido, o que existe muitas vezes são medidas paliativas que não resolvem de forma efetiva os problemas sociais, ou seja, das grandes desigualdades educacionais e sociais que afetam a população.

Assim surge o Programa de Integração Nacional da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA com o intuito de enfrentar as descontinuidades que marcam a Educação de Jovens e Adultos no país no âmbito do ensino médio e, além disso, de integrar a educação básica a uma formação profissional que contribua para a integração socioeconômica de qualidade desses sujeitos.

O PROEJA demonstrou ser um programa bastante inovador no cenário brasileiro visto que visa reduzir os problemas decorrentes da descontinuidade dos estudos apresentados por jovens e adultos que por diversos fatores foram obrigados a deixarem de estudar no tempo relativo à sua faixa etária.

Esse trabalho científico possibilitou uma reflexão acerca das concepções e dos princípios que permeiam o documento base do PROEJA e o documento da Educação Profissional de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio e onde podemos verificar que alguns dos mesmos encontravam-se contemplados no plano de curso de Gestão em Microempresas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, curso ministrado no turno noturno do CENEP e a importância de tais documentos

base, bem como, do plano de curso para a formação dos jovens e adultos que compõem a instituição de ensino já mencionada e a educação brasileira.

Da análise realizada entre o plano do curso de Gestão em Microempresas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos do CNEP comparando-o a luz das concepções e dos princípios do documento base do PROEJA e do documento base da Educação Profissional de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, podemos visualizar que o plano de curso da referida instituição de ensino apresenta-se segundo os princípios e as concepções do Documento base da Educação Profissional de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. No entanto, com relação ao Documento base do PROEJA com referência aos seus princípios nem todos estão contemplados no plano de curso do CNEP, necessitando assim de algumas reformulações que venham a privilegiar o público no qual a instituição atende levando em consideração suas experiências, suas perspectivas, seus propósitos, valores e interesses, como também o contexto no qual esse público encontra inserido.

Considerando o que foi exposto, podemos afirmar que o plano de curso do CNEP recorre ao longo de todo o plano as concepções e aos princípios de ambos os documentos base com algumas ressalvas quanto à aplicabilidade efetiva dos mesmos na prática educacional, como por exemplo, a necessidade de especificar de forma clara o princípio referente às condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como produzem as identidades sociais tendo em vista que o mesmo não é mencionado de forma clara no plano de curso da instituição de ensino.

Sob essa perspectiva, o estudo desse trabalho é inicial, pois se deteve em descrever apenas resultados de uma análise teórica do plano de curso do CNEP, abrindo um leque de possibilidades para a reflexão e discussão de outros pontos acerca da temática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5840/2006**, de 23 de julho de 2006. Institui no âmbito federal, o Programa de Integração Nacional da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Disponível em: <http://estagio.ifpa.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=20&Itemid=187&lang=pt> Acesso em: 20 nov. 2008.

_____. Ministério da Educação. SETEC. **Documento Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**, Brasília, 2007.

_____. Secretaria de Estado da Educação e da Cultura. **Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Gestão de Microempresas na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**: Plano de Curso. Rio Grande do Norte, 2007.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Ensino Médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p. 83-105.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educ. Sociedade**, Campinas, v.26, n.92, p. 1087-1113. Especial – Outubro 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 20 jan. 2009.

_____.Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o Ensino Médio. In:RAMOS, Marise. **Ensino Médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. Alfabetização e conscientização. In: _____. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: introdução ao pensamento de Freire. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2001, p. 25-40.

FREITAS, Marinaide lima de Queiroz. **A Educação de Jovens e Adultos – EJA e o ensino profissionalizante ontem e hoje**: quais as perspectivas? Disponível em: <<http://www.cedu.ufal.br/posgraduacao/ppge/arquivos/A%20EDUCACAO%20DE%20JOVENS%20E%20ADULTOS.doc>> Acesso em: 10 fev. 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5. ed., Revista Ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004, p.168.

MACHADO, Lucília. Ensino Médio e o ensino técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: _____ BRASIL/MEC/SEB, **Ensino Médio integrado à educação profissional:** integrar para quê? 2006, p. 41-42.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MOURA, Dante Henrique. **O PROEJA e a rede de educação profissional e tecnológica.** Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos_apload/saltofuturo_eja_formtec_set2006.pdf> Acesso em: 07 jan. 2010.

MOURA, Henrique; Ana Lúcia Sarmento. História do PROEJA: entre desafios e possibilidades. In: BARACHO, Maria das Graças; SILVA, Amélia Cristina Reis. **Formação de professores para o PROEJA:** intervir para integrar. Rio Grande do Norte: Editora CEFET-RN, 2007, p.19-20.

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento, plano, projeto: uma tipologia. In: _____ **Planejamento dialógico:** como construir o projeto político pedagógico da escola. 7ª Ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2007, p.37.

PAIVA, Jane. Concepção curricular para o ensino médio na modalidade de jovens e adultos: experiências como fundamento. In: _____ **Ensino médio:** ciência, cultura e trabalho. MEC/SEMTEC, Brasília, 2004.

PINHEIRO, Marisa de Souza Melo Boaz; MENEZES, Maria Cláudia Ferreira. Estudo sobre a experiência do PROEJA no Centro Estadual de Educação Profissional Senador Jesse Pinto Freire. Natal, 2010, p.39 **Monografia.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado:** concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

SACRISTÁN, Gimeno J. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3ª Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008, p.32.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muskat. Métodos científicos. In: **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Disponível em: <<http://projetos.inf.usfsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203%20edicao.pdf>> Acesso em: 25 jul. 2008.

TAVARES, Otávio Augusto; M. do R. da S;BIELLA, J. Marcos Referenciais do currículo. In: **Projeto Hemisférico** – Gestão e Certificação Escolar para a Formação e Credenciamento de Competências Laborais e Chaves no Segundo Ciclo da Educação Secundária. Mimeo. OEA. Setembro, 2006.

Divisão de Serviços Técnicos.

Catalogação da publicação na fonte.

IFRN / Biblioteca Sebastião Fernandes

S586p Silva, Fátima Edília da.

PROEJA : pensando concepções e analisando princípios /
Fátima Edília da Silva. – 2010.

51 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu
em Educação Profissional Integrada à Educação Básica de Jovens
e Adultos) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

Orientadora: Profº. Ms. Maria Betânia da Silva Dantas.